



ESTADO DO PIAUÍ  
*Assembleia Legislativa*

AL-P-(SGM) Nº 245

Teresina(PI), 09 de julho de 2010.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do **Deputado Antônio Félix** que:

**“Dispõe sobre a exploração do serviço de radiodifusão comunitária no Estado do Piauí.”**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**WILSON NUNES MARTINS**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Av. Marechal Castelo Branco, 201  
CEP.: 64.000-810 -- Fone: (86) 3221-7214

*Paulo Santos*  
EM: 15.07.10

*AL-247/10*



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

1

**PROJETO DE LEI Nº 09, DE DE DE 2010**

**REDAÇÃO FINAL**

*Dispõe sobre a exploração do serviço de radiodifusão comunitária no Estado do Piauí.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ** Faço Saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A exploração do serviço de radiodifusão comunitária, no âmbito do Estado do Piauí, passa a ser disciplinado pela presente Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, denomina-se serviço de radiodifusão comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, tendo por dirigentes cidadãos residentes no Estado do Piauí.

**§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.**

**§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, povoado ou cidade com até 20 mil habitantes.**

Art. 3º O serviço de radiodifusão comunitária tem por objeto a difusão sonora, com fins culturais, educacionais, filantrópicos, assistenciais e de prestação de serviço de utilidade pública, com vistas a:

I - divulgar notícias e idéias, promover o debate de opiniões, ampliar informações culturais, de modo a manter a população bem informada;

II - integrar a comunidade por meio do desenvolvimento do espírito de solidariedade e responsabilidade comunitária, do incentivo à participação em ações de utilidade pública e de assistência social; e

III - contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas e radialistas e com o surgimento de novos valores nestes campos profissionais.

Art. 4º As emissoras do serviço de radiodifusão comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - transmissão de programas que dêem preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, que possam beneficiar o desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção de atividades artísticas e jornalísticas que possibilitem a integração cada vez maior da comunidade;







## ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2

III - preservação dos valores éticos e sociais da pessoa humana e da família, de modo a fortalecer e bem integrar a comunidade; e

IV - coibir a discriminação de qualquer espécie e a qualquer título, seja de raça, religião, sexo, preferências sexuais e de convicções político-partidárias ou ideológicas.

Art. 5º Da razão social ou do nome de fantasia constará, obrigatoriamente, a expressão "rádio comunitária", pela qual a emissora se apresentará em suas irradiações diárias.

Art. 6º A outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária será concedida pelo Poder Executivo, mediante concessão, pelo prazo de 10 (dez) anos, à entidade vencedora em processo de licitação, na forma da Lei que rege a matéria.

**Parágrafo único. A outorga a que se refere este artigo só será validada, em Decreto Legislativo, após aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, através da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, cabendo a esta apenas verificar o cumprimento da lei.**

Art. 7º Fica vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Art. 8º As prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural ou inserção publicitária para os programas transmitidos, priorizando os estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

**Parágrafo único.** Os recursos advindos de patrocínios deverão ser, obrigatoriamente, revertidos para a própria emissora, para o seu funcionamento, manutenção e aperfeiçoamento, conforme os seus objetivos, e serão administrados pela entidade responsável.

Art. 9º Constituem infrações na operação do serviço de radiodifusão comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas ou homologadas pelos órgãos competentes;

II - operar sem a concessão do Poder Estadual;

III - transferir a terceiros os direitos decorrentes da concessão ou quaisquer procedimentos de execução do serviço de radiodifusão comunitária;

IV - permanecer fora de operação por mais de trinta dias, sem motivo justificado;

V - promover, dolosamente, interferência no sistema de irradiação de outra rádio comunitária, ou qualquer outro tipo de serviço de radiodifusão ou de telecomunicação sonora, ou de imagens e som; e

VI - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação.

Art. 10. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações contidas no art. 9º são as seguintes:



I - advertência;

II - multa;

III - suspensão;

IV - caducidade da autorização;

V - revogação da autorização em caso de reincidência;

**Art. 11.** Compete à Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI expedir as outorgas do funcionamento das rádios comunitárias, bem como realizar sua regulamentação, normatização e fiscalização.

**Art. 12.** As rádios comunitárias serão outorgadas somente a entidade com representação popular, devidamente reconhecida como entidade de atividade pública através de lei estadual.

**Art. 13.** O Poder concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

**Art. 14.** A outorga da autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita ao pagamento de taxa, de valor correspondente ao custeio do cadastramento, a ser estabelecido pelo Poder concedente.

**Art. 15.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, inclusive acerca da potência máxima permitida, cobertura, contorno e frequência, no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação.

**Art. 16.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**, em Teresina (PI), de 06 de julho de 2010.

Dep. **THEMISTOCLES FILHO**  
Presidente

Dep. **NERINHO**  
1º Secretário

Dep. **MORAES SOUSA FILHO**  
2º Secretário

*Guil*